



ZAMP S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ/MF nº 13.574.594/0001-96
NIRE 35.300.393.180

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

DATA: 25 DE OUTUBRO DE 2024

HORÁRIO: 14:00 HORAS

ÍNDICE

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 25 DE OUTUBRO DE 2024	3
ANEXO I Proposta da Administração para Alteração do Estatuto Social	6
ANEXO II Relatório de Alterações Propostas no Estatuto Social	22
ANEXO III Informações a respeito de Negociação de Ações de Própria Emissão (Anexo J da Resolução CVM 81)	27

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
DE 25 DE OUTUBRO DE 2024**

Senhores acionistas,

A administração ("**Administração**") da ZAMP S.A. ("**Companhia**") apresenta aos senhores acionistas sua proposta sobre as matérias a serem submetidas à deliberação de V.Sas. na Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada em 25 de outubro de 2024, às 14:00 horas ("**AGE**"), de modo exclusivamente digital, nos termos do artigo 5º, §2º, inciso I e artigo 28, §§2º e 3º da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("**Resolução CVM 81**"), por meio da Plataforma Digital Ten Meetings ("**Plataforma Digital**").

1. Homologação total do aumento do capital social da Companhia, conforme aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 26 de julho de 2024, no valor de R\$ 450.000.002,16, em razão da verificação da subscrição privada e integralização de 131.578.948 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, que conferirão os mesmos direitos atribuídos às demais ações ordinárias de emissão da Companhia, pelo preço de emissão por ação de R\$ 3,42 ("Aumento de Capital")

Em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 26 de julho de 2024 ("**AGE 26/07/2024**"), foi aprovado o Aumento de Capital no valor de, no mínimo, R\$ 268.920.003,60, mediante a emissão, para subscrição privada, de 78.631.580 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal e, no máximo, R\$ 450.000.002,16, mediante a emissão, para subscrição privada, de 131.578.948 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal ("**Quantidade Máxima de Ações**").

Durante o período de exercício do direito de preferência, foram subscritas 102.235.492 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, emitidas pela Companhia, que representam aproximadamente 77,7% da Quantidade Máxima de Ações. Considerando o preço de emissão por ação de R\$ 3,42, o exercício do direito de preferência totalizou R\$ 349.645.382,64.

Por sua vez, durante o período de subscrição de Sobras, foram subscritas 29.343.456 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, emitidas pela Companhia, que perfazem a totalidade do saldo da Quantidade Máxima de Ações após o exercício do direito de preferência. Considerando o preço de emissão por ação de R\$ 3,42, o exercício do direito de subscrição das Sobras totalizou R\$ 100.354.619,52.

Assim, a Administração propõe a V. Sas. a aprovação da homologação total do Aumento de Capital, no valor de R\$ 450.000.002,16, em razão da verificação da subscrição privada e integralização de 131.578.948 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, que conferirão os mesmos direitos atribuídos às demais ações ordinárias de emissão da Companhia, pelo preço de emissão por ação de R\$ 3,42, conforme aprovado na AGE 26/07/2024, nos termos do Fato Relevante e Aviso aos Acionistas divulgado pela Companhia na mesma data.

Em função da proposta de homologação total do Aumento de Capital, o capital social da Companhia passará de R\$ 1.461.068.417,41 (um bilhão quatrocentos e sessenta e um milhões e sessenta e oito mil quatrocentos e dezessete reais e quarenta e um centavos), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 275.355.447 (duzentos e setenta e cinco milhões trezentas e cinquenta e cinco mil quatrocentas e quarenta e sete) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, para R\$ 1.911.068.419,57 (um bilhão novecentos e onze milhões e sessenta e oito mil quatrocentos e dezanove reais e cinquenta e sete centavos), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 406.934.395 (quatrocentos e seis milhões novecentos e trinta e quatro mil e trezentos e noventa e cinco) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

2. Alteração do artigo 5º, *caput* do Estatuto Social da Companhia, a fim de atualizar o capital social da Companhia em razão da homologação total do Aumento de Capital

Em razão da homologação do Aumento de Capital proposta no item 1 acima, a Administração propõe a V. Sas. a aprovação da alteração do *caput* do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia para atualizar o capital social totalmente subscrito e integralizado da Companhia, conforme Aumento de Capital aprovado na AGE 26/07/2024, nos termos do Fato Relevante e Aviso aos Acionistas divulgado pela Companhia na mesma data.

3. Alteração do artigo 6º, *caput* do Estatuto Social da Companhia, a fim de aumentar o limite do capital autorizado da Companhia de 282.690.560 ações para 427.281.115 ações

A Administração propõe a V. Sas. a aprovação da alteração do *caput* do artigo 6º do Estatuto Social da Companhia para atualizar o capital social totalmente subscrito e integralizado da Companhia, com a finalidade de aumentar o limite do capital autorizado da Companhia de 282.690.560 (duzentos e oitenta e dois milhões seiscentas e noventa mil quinhentas e sessenta) ações para 427.281.115 (quatrocentos e vinte e sete milhões duzentas e oitenta e uma mil e cento e quinze) ações. A alteração proposta visa manter exequível a possibilidade de futuros aumentos do capital social da Companhia por meio de deliberação do Conselho de Administração, inclusive devido ao novo número de ações em que se divide o capital social totalmente subscrito e integralizado da Companhia após o Aumento de Capital, bem como a outorga e/ou entrega de ações à beneficiários no âmbito de eventuais planos de incentivo baseado em ações da Companhia.

4. Alteração do artigo 2º do Estatuto Social da Companhia, a fim de alterar o local da sede social da Companhia

A Administração propõe a V. Sas. a aprovação da alteração do artigo 2º do Estatuto Social da Companhia para alterar a localização da sede social da Companhia da cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Tocantins, nº 350, 10º andar, Alphaville Industrial, CEP 06455-020, para a cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Lemos Monteiro, nº 120, Edifício Pinheiros One, 12º (parte), 13º e 14º andares, Butantã, CEP 05501-050.

5. Alteração do artigo 20 do Estatuto Social da Companhia, a fim de alterar a composição da Diretoria Estatutária para inclusão de novos cargos e suas respectivas competências

A Administração propõe a V. Sas. a aprovação da alteração do artigo 20 do Estatuto Social da Companhia para alterar a composição da Diretoria Estatutária, com a inclusão dos cargos de Diretor Vice-Presidente da Unidade de Negócio de Burger King, Diretor Vice-Presidente da Unidade de Negócio de Popeyes, Diretor Vice-Presidente da Unidade de Negócio de Starbucks, Diretor Vice-Presidente da Unidade de Negócio de Subway e Diretor Vice-Presidente de Supply Chain.

A Administração informa que a criação dos novos cargos se dá em benefício do tempo, em razão da divisão de funções do cargo Diretor Vice-Presidente de Operações para cada unidade de negócios administrada ou a ser administrada pela Companhia, considerando as aquisições em andamento pela Companhia. Com a alteração proposta, o cargo de Diretor Vice-Presidente de Operações será extinto. Os demais cargos a serem criados, caso aprovados na AGE, terão os seus respectivos membros eleitos somente após o fechamento das referidas aquisições.

6. Consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir as alterações estatutárias submetidas à AGE

A Administração da Companhia propõe a V. Sas. a consolidação do Estatuto Social da Companhia, de modo a refletir as alterações propostas nos itens 2, 3, 4 e 5 da ordem do dia.

A versão marcada do Estatuto Social da Companhia e o relatório detalhando a origem e justificativa das alterações acima propostas, analisando os seus efeitos jurídicos e econômicos, nos termos do artigo 12, incisos I e II da Resolução CVM 81, encontram-se no **Anexo I** e **Anexo II**, respectivamente, à presente Proposta.

7. Outorga de Opção de Venda de Ações de até 675.151 ações de emissão da Companhia, pelo valor de R\$6,50 por ação, a ser concedida a ex-administrador específico, desligado sem justa causa, opção esta a ser exercida contra a Companhia, caracterizando uma recompra de ações pela Companhia, por meio de operações privadas, conforme a Resolução CVM nº 77/22 ("Recompra")

A Administração propõe aos senhores acionistas a aprovação da Outorga de Opção de Venda de Ações de até 675.151 ações de emissão da Companhia, contra a Companhia ("**Opção de Venda**"), pelo valor de R\$6,50 por ação, a ser concedida a ex-administrador específico, desligado sem justa causa, e a recompra de tais ações pela Companhia, por meio de operações privadas, conforme o artigo 4º, inciso II da Resolução CVM nº 77, de 29 de março de 2022 ("**Resolução CVM 77**" e "**Recompra**", respectivamente), nos termos do **Anexo III** à presente proposta da Administração.

O ex-administrador beneficiário da Opção de Venda e titular das ações visadas na Recompra, ora colocadas em deliberação, foi desligado recentemente sem justa causa pelo Conselho de Administração da Companhia, que reconhece a enorme contribuição de tal executivo em mais de uma década dedicada à Companhia.

Assim, e considerando ser este um caso bastante específico e excepcional, o Conselho de Administração da Companhia entendeu ser a atual Recompra uma indenização razoável adicional importante, por tratar-se de perda do cargo de um dos principais executivos da Companhia, bem como avaliou que as condições propostas para a Opção de Venda e a Recompra são as mesmas condições da Put e da recompra aprovadas pelos acionistas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 26 de abril de 2024 ("**AGOE 2024**").

Não haverá lock-up de tais ações por qualquer período e a Opção de Venda poderá ser exercida em até 15 dias contados da deliberação na AGE, caso aprovada.

Tal Recompra, caso a Opção de Venda seja exercida pelo beneficiário, somará R\$ 4.388.481,50 e não caracteriza remuneração. As ações objeto da Recompra são aquelas detidas pelo beneficiário até a data do seu desligamento e que não foram objeto da recompra aprovada pela Companhia na AGOE 2024.

De acordo com o disposto no artigo 23 da Resolução CVM 81, a Companhia informa aos acionistas que as informações a respeito da Recompra, conforme os termos do Anexo J da referida resolução, estão previstas no **Anexo III** à presente Proposta.

Participação dos acionistas na AGE

Conforme permitido pela Lei das Sociedades por Ações e pela Resolução CVM 81, a AGE será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual a participação do acionista somente poderá ser via Plataforma Digital, nos termos do artigo 28, §§2º e 3º da Resolução CVM 81.

Não haverá possibilidade de comparecimento presencial ou de utilização de Boletim de Voto a Distância (BVD) para a AGE.

Informações detalhadas sobre os prazos, procedimentos e os documentos necessários para participação na AGE, encontram-se no Edital de Convocação e no Manual para Participação referentes à AGE.

ANEXO I
Proposta da Administração para Alteração do Estatuto Social

Cópia do Estatuto Social da Companhia, contendo, em destaque, as alterações propostas, nos termos do artigo 12, inciso I, da Resolução CVM 81

ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO DA ZAMP S.A.

CAPÍTULO I
DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, OBJETO SOCIAL E PRAZO DE DURAÇÃO

Artigo 1º - A ZAMP S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital aberto, regida pelo presente estatuto social ("**Estatuto Social**") e pelas disposições legais aplicáveis.

Artigo 2º - A Companhia tem sede na cidade de ~~Barueri~~ São Paulo, Estado de São Paulo, na ~~Alameda Tocantins, nº 350, 10º andar, Alphaville Industrial, CEP 06455-020~~ Rua Lemos Monteiro, nº 120, Edifício Pinheiros One, 12º (parte), 13º e 14º andares, Butantã, CEP 05501-050, e poderá, por decisão da Diretoria, abrir, transferir e extinguir filiais, escritórios administrativos ou quaisquer representações em qualquer localidade do país ou no exterior.

Artigo 3º - A Companhia tem por objeto (i) o desenvolvimento e exploração de restaurantes no Brasil, incluindo Burger King; (ii) a prestação de serviços de assessoria e suporte a restaurantes no Brasil, incluindo aqueles que operem com o sistema Burger King, (iii) o comércio, importação e exportação de produtos relacionados às atividades acima referidas, e (iv) a participação em outras sociedades que desenvolvam as atividades acima, no Brasil, como sócia, quotista ou acionista.

Artigo 4º - A Companhia tem prazo de duração indeterminado.

CAPÍTULO II
CAPITAL SOCIAL

Artigo 5º - O capital social da Companhia é de ~~R\$ 1.461.068.417,41 (um bilhão, quatrocentos e sessenta e um milhões, sessenta e oito mil, quatrocentos e dezessete reais e quarenta e um centavos)~~ R\$ 1.911.068.419,57 (um bilhão novecentos e onze milhões e sessenta e oito mil quatrocentos e dezenove reais e cinquenta e sete centavos), totalmente subscrito e integralizado, dividido em ~~275.355.447 (duzentos e setenta e cinco milhões trezentas e cinquenta e cinco mil quatrocentas e quarenta e sete)~~ 406.934.395 (quatrocentos e seis milhões novecentos e trinta e quatro mil e trezentos e noventa e cinco) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Parágrafo 1º - Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a 1 (um) voto nas Assembleias Gerais de acionistas. A propriedade das ações será comprovada pelo registro existente na conta do acionista junto à instituição depositária.

Parágrafo 2º - As ações serão indivisíveis em relação à Companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio.

Parágrafo 3º - A Assembleia Geral poderá criar ações preferenciais e aumentar classe de ações preferenciais, sem guardar proporção com outras espécies ou classes de ações, com a definição das preferências, vantagens e restrições, inclusive de voto, a que estiverem sujeitas.

Parágrafo 4º - Mediante a aprovação do Conselho de Administração e observado o disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**") e nas demais normas aplicáveis, a Companhia poderá adquirir suas próprias ações. Essas ações deverão ser mantidas em tesouraria, alienadas ou canceladas, conforme for decidido pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso, nos termos da regulamentação aplicável da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**").

Artigo 6º - Mediante deliberação do Conselho de Administração da Companhia, o capital social poderá ser aumentado, independentemente de reforma estatutária, até o limite de ~~282.690.560 (duzentos e oitenta e duas milhões seiscentas e noventa mil quinhentas e sessenta)~~ 427.281.115 (quatrocentos e vinte e sete milhões duzentas e oitenta e uma mil e cento e quinze) ações, independentemente da espécie ou classe, desde que já prevista no estatuto, incluindo para fins de emissão de ações a serem emitidas em decorrência do eventual exercício dos direitos de subscrição contidos em bônus de subscrição emitidos pela Companhia.

Parágrafo 1º - O Conselho de Administração fixará as condições da emissão, subscrição, forma e prazo de integralização, preço por ação, forma de colocação (pública ou privada) e sua distribuição no país e/ou no exterior.

Parágrafo 2º - A critério do Conselho de Administração, poderá ser realizada emissão, sem direito de preferência ou com redução do prazo de que trata o artigo 171, parágrafo 4º, da Lei das Sociedades por Ações, de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei, dentro do limite do capital autorizado.

Parágrafo 3º - Dentro do limite do capital autorizado, desde que em acordo com os planos aprovados pela Assembleia Geral, o Conselho de Administração poderá outorgar opção de compra ou subscrição de ações aos administradores e empregados da Companhia, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam coligadas ou controladas direta ou indiretamente pela Companhia, sem direito de preferência para os acionistas.

Artigo 7º - As ações da Companhia são escriturais, mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares, perante instituição financeira autorizada pela CVM.

Parágrafo Único - Observados os limites máximos fixados pela CVM, o custo do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais poderá ser cobrado diretamente do acionista pela instituição depositária, conforme definido em contrato de escrituração de ações.

Artigo 8º - Fica vedada a emissão de partes beneficiárias pela Companhia.

Artigo 9º - Observado o disposto neste Estatuto Social, notadamente o disposto no artigo 6º, parágrafo 2º, e na Lei das Sociedades por Ações, os acionistas terão direito de preferência para, na proporção de suas participações acionárias, subscrever ações, bônus de subscrição e valores mobiliários conversíveis em ações emitidos pela Companhia.

Artigo 10 - A não integralização, pelo subscritor, do valor subscrito, nas condições previstas no boletim ou na chamada requerida pelo órgão da administração, constituirá, de pleno direito, o acionista remisso em mora, de acordo com os artigos 106 e 107 da Lei das Sociedades por Ações, sujeitando-se o subscritor ao pagamento do valor em atraso corrigido monetariamente de acordo com a variação do Índice Geral de Preços ao Mercado divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("**IGP-M/FGV**") ou por outro índice que vier a substituí-lo, na menor periodicidade legalmente admitida, além de juros de 12% (doze

por cento) ao ano, pro rata temporis, e multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor da prestação em atraso, devidamente atualizada.

CAPÍTULO III

ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS

Artigo 11 - As Assembleias Gerais de acionistas realizar-se-ão: (a) ordinariamente, uma vez por ano, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao encerramento de cada exercício social, para deliberação das matérias previstas em lei; e (b) extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem ou quando as disposições deste Estatuto Social ou da legislação aplicável exigirem deliberação dos acionistas.

Parágrafo Único - A Assembleia Geral Ordinária e a Assembleia Geral Extraordinária podem ser cumulativamente convocadas e realizadas no mesmo local, data e hora, e instrumentadas em ata única.

Artigo 12 - Ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações e na regulamentação em vigor, as Assembleias Gerais de acionistas serão convocadas pelo Conselho de Administração, por meio do seu Presidente ou por dois Conselheiros em conjunto, observando o prazo limite constante da Lei das Sociedades por Ações e a regulamentação editada pela CVM. Independentemente de qualquer formalidade prevista neste Estatuto Social e na Lei das Sociedades por Ações, será considerada regularmente instalada qualquer Assembleia Geral a que comparecer a totalidade dos acionistas.

Parágrafo 1º - Ressalvadas as exceções previstas na lei, as Assembleias Gerais somente se instalarão e validamente deliberarão em primeira convocação com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do total das ações com direito a voto representativas do capital social e, em segunda convocação, com qualquer número, sendo que para as deliberações não se computarão os votos em branco.

Parágrafo 2º - Os acionistas poderão ser representados em Assembleias Gerais da Companhia por procurador constituído na forma do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 3º - Sem prejuízo do disposto no parágrafo 2º acima, o acionista que comparecer à Assembleia Geral munido dos documentos que comprovem sua condição de acionista referidos no artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, até o momento da abertura dos trabalhos em Assembleia, poderá participar e votar, ainda que tenha deixado de apresentá-los previamente.

Parágrafo 4º - As Assembleias Gerais serão presididas por membro do Conselho de Administração a ser indicado pelo Presidente do Conselho de Administração da Companhia, competindo-lhe, na qualidade de presidente da mesa, escolher o secretário, dentre os

presentes. Na ausência de membro do Conselho de Administração, a Assembleia Geral será presidida por pessoa eleita pelos acionistas presentes.

Parágrafo 5º - O exercício do direito de voto nos casos especiais de condomínio, acordo de acionistas, usufruto e de ações empenhadas ou alienadas fiduciariamente fica sujeito às exigências legais específicas e às comprovações estabelecidas em lei.

Parágrafo 6º - Não poderá votar na Assembleia Geral o acionista com direitos sociais suspensos na forma dos artigos 120 e 122, inciso V, da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 7º - O acionista não poderá votar nas deliberações relativas a laudo de avaliação dos bens com que concorrer para o capital social e à aprovação de suas contas como administrador, nem em

quaisquer outras que puderem beneficiá-lo de modo particular ou em que tiver interesse conflitante com o da Companhia.

Parágrafo 8º - Dos trabalhos e deliberações da Assembleia Geral será lavrada ata em livro próprio, assinada pelos membros da mesa e pelos acionistas presentes. Da ata extrair-se-ão certidões ou cópias autênticas para os fins legais.

Artigo 13 - Sem prejuízo das demais matérias previstas em lei, compete privativamente à Assembleia Geral deliberar sobre as matérias indicadas nos artigos 122, 132 e 136 da Lei das Sociedades por Ações e, ainda:

- (i) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração;
- (ii) fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;
- (iii) reformar este Estatuto Social;
- (iv) deliberar sobre operações de fusão, incorporação, cisão ou transformação em que a Companhia seja parte, bem como sobre sua dissolução ou liquidação;
- (v) aprovar planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações ou quaisquer planos de remuneração baseado em ações aos seus administradores e empregados, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam coligadas ou controladas direta ou indiretamente pela Companhia;
- (vi) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos;
- (vii) eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação;
- (viii) aprovar o cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM, se o ofertante for a própria Companhia; e
- (ix) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO IV DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

SEÇÃO I - DAS DISPOSIÇÕES COMUNS

Artigo 14 - A administração da Companhia será exercida pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, na forma da lei e deste Estatuto Social.

Parágrafo 1º - A posse dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria dar-se-á por termo lavrado em livro próprio que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no artigo 33, assinado pelo administrador empossado, dispensada qualquer garantia de gestão, e estará condicionada ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

Parágrafo 2º - Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria deverão aderir formalmente à Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante, bem como observar as demais políticas, quando aprovadas, e o Código de Ética da Companhia.

Parágrafo 3º - Os administradores permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos, salvo se diversamente deliberado pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso.

Parágrafo 4º - A Assembleia Geral fixará a remuneração global anual para distribuição entre os administradores e caberá ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba individualmente.

Parágrafo 5º - Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria poderão receber participação nos lucros, observados os limites legais aplicáveis.

Parágrafo 6º - Só será dispensada a convocação prévia de reunião de qualquer órgão da administração como condição de sua validade se presentes todos os seus membros. São considerados presentes os membros do órgão da administração que manifestarem seu voto por meio da delegação feita em favor de outro membro do respectivo órgão, por voto escrito antecipado e por voto escrito transmitido por e-mail ou por qualquer outro meio legítimo de comunicação que possa ser comprovada a sua autoria e origem, neste caso, até o encerramento da respectiva reunião.

Parágrafo 7º - A Companhia poderá celebrar, em termos e condições previamente aprovados pelo Conselho de Administração, contratos de indenidade ("**Contratos de Indenidade**") com os seus administradores, membros de comitês de assessoramento, e membros do Conselho Fiscal, estabelecendo a obrigação da Companhia indenizar tais pessoas por perdas patrimoniais resultantes de procedimentos judiciais, arbitrais ou administrativos que envolvam questões relacionadas às suas atividades na Companhia ou em quaisquer sociedades sobre as quais a Companhia detenha o poder de controle direta ou indiretamente.

Parágrafo 8º - Os Contratos de Indenidade não obrigarão a Companhia a indenizar os respectivos beneficiários quando se verificar que estes atuaram:

- (i) fora do exercício de suas atribuições;
- (ii) com má-fé, dolo, culpa grave ou mediante fraude;
- (iii) em interesse próprio ou de terceiros, em detrimento do interesse social da Companhia ou de suas controladas, conforme o caso.

Parágrafo 9º - Os Contratos de Indenidade deverão disciplinar, entre outras questões:

- (i) o valor limite da cobertura oferecida ao beneficiário;
- (ii) o período de cobertura;
- (iii) o procedimento decisório para a concessão de indenização, que deverá prevenir potenciais conflitos de interesses e assegurar que as decisões sejam tomadas no interesse da Companhia; e
- (iv) a obrigação de devolução à Companhia de quaisquer valores que os beneficiários tenham recebido a título de indenização, inclusive adiantamentos de despesas, nos casos em que se restar comprovado, por meio de procedimento a ser estabelecido nos Contratos de Indenidade, que estes não faziam jus a indenização.

SEÇÃO II - DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Artigo 15 – O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 11 (onze) membros efetivos e, no máximo, 11 (onze) membros suplentes, acionistas ou não, residentes no

Brasil ou no exterior, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

Parágrafo 1º - Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser Conselheiros Independentes, conforme a definição da legislação e regulamentação aplicáveis, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como Conselheiros Independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger.

Parágrafo 2º - A caracterização do indicado ao conselho de administração como conselheiro independente será deliberada pela assembleia geral, que poderá basear sua decisão:

I – na declaração, encaminhada pelo indicado a conselheiro independente ao conselho de administração, atestando seu enquadramento em relação aos critérios de independência estabelecidos na regulamentação aplicável; e

II – na manifestação do conselho de administração da companhia, inserida na proposta da administração referente à assembleia geral para eleição de administradores, quanto ao enquadramento ou não enquadramento do candidato nos critérios de independência.

Parágrafo 3º - O procedimento previsto no Parágrafo 2º deste artigo não se aplica às indicações de candidatos a membros do conselho de administração:

I – que não atendam ao prazo de antecedência para inclusão de candidatos no boletim de voto, conforme disposto na regulamentação editada pela CVM sobre votação a distância; e

II – mediante votação em separado nas companhias com acionista controlador, conforme aplicável.

Parágrafo 4º - O Conselho de Administração terá um Presidente eleito pela maioria de votos dos seus membros. O Presidente terá, além do próprio voto, o voto de desempate, em caso de empate na votação em decorrência de eventual composição de número par de membros do Conselho de Administração. Cada membro do Conselho de Administração terá direito a 1 (um) voto nas deliberações do órgão.

Parágrafo 5º - Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

Parágrafo 6º - Em caso de vacância de cargo, ausência ou impedimento temporário ou definitivo de qualquer membro do Conselho de Administração, se tal membro do Conselho de Administração não possuir um suplente, os membros do Conselho de Administração remanescentes deverão nomear substituto, que servirá até a primeira Assembleia Geral da Companhia realizada após a efetiva vacância.

Parágrafo 7º - No caso de vacância do Presidente do Conselho, o Conselho elegerá membro para ocupar a posição vacante na primeira reunião do Conselho realizada após a vacância.

Artigo 16 – As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas na periodicidade definida pelo próprio Conselho de Administração. Tais reuniões serão convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração, por sua própria iniciativa, ou por solicitação escrita de ao menos 2 (dois) membros do Conselho de Administração. Tal convocação deverá: (i) ser feita por e-mail com 8 (oito) dias de antecedência, (ii) indicar a ordem do dia, e (iii) estar acompanhada dos documentos pertinentes. As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas na sede da Companhia ou em outro local previamente acordado entre os conselheiros.

Parágrafo 1º - As formalidades previstas no caput acima poderão ser dispensadas se comparecerem à reunião a totalidade dos membros do Conselho, caso em que a reunião será considerada devidamente instalada e regular.

Parágrafo 2º - Os Conselheiros poderão participar das reuniões do Conselho de Administração por meio de videoconferência ou outro meio que possa assegurar sua participação efetiva e a autenticidade do seu voto, desde que o voto seja proferido por escrito e arquivado na sede da Companhia, podendo o voto, inclusive, ser encaminhado pelo conselheiro por meio eletrônico. O Conselheiro, nesta hipótese, será considerado presente à reunião e seu voto válido, para os efeitos legais, e incorporado à ata da referida reunião.

Parágrafo 3º - Os membros do Conselho de Administração poderão consentir em dispensar a reunião e decidir por escrito as matérias que dela seriam objeto, caso considerem que tais matérias já foram suficientemente debatidas por qualquer outro meio, e contanto que todos os Conselheiros celebrem documento por escrito formalizando tal consentimento.

Parágrafo 4º - Das reuniões serão lavradas atas em livro próprio, assinadas por todos os membros presentes, observado o disposto no parágrafo 3º acima, e, sempre que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros, seus extratos serão arquivados e publicados na Junta Comercial competente.

Parágrafo 5º - Os Diretores deverão fornecer ao Conselho de Administração toda e qualquer informação requisitada em relação à Companhia e suas controladas e coligadas e, caso solicitados, deverão comparecer às reuniões do Conselho de Administração a fim de prestar esclarecimentos.

Parágrafo 6º - É vedada a deliberação, pelo Conselho de Administração, de assunto que não tenha sido incluído na notificação de convocação, ressalvado o caso em que todos os membros do Conselho de Administração compareçam à reunião e concordem em deliberá-la.

Artigo 17 – Ressalvadas as hipóteses especiais previstas na Lei das Sociedades por Ações e o disposto no artigo 19, parágrafo 1º, deste Estatuto Social, as deliberações do Conselho de Administração serão tomadas mediante voto afirmativo da maioria simples dos presentes à respectiva reunião, não se computando os votos em branco.

Artigo 18 – O Conselho de Administração, para seu assessoramento, poderá criar comitês executivos ou consultivos, permanentes ou não, para analisar e se manifestar sobre quaisquer assuntos, conforme determinado pelo Conselho de Administração, sempre no intuito de assessorar o Conselho de Administração em suas atribuições. Os membros de tais comitês, sejam ou não acionistas, deverão ter experiência específica nas áreas de competência dos seus respectivos comitês, e ser eleitos e ter eventual remuneração fixada pelo Conselho de Administração.

Artigo 19 – Compete ao Conselho de Administração, além das demais atribuições estabelecidas na legislação aplicável ou neste Estatuto Social:

- (i) aprovar o regimento próprio de cada um dos Comitês, se instalados;
- (ii) aprovar a distribuição, entre os administradores, individualmente, de parcela da remuneração anual global fixada pela Assembleia Geral;
- (iii) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, aprovando previamente suas políticas de gestão administrativa, de pessoal e financeira;
- (iv) aprovar planos, projetos e orçamentos anuais e plurianuais;

- (v) fiscalizar a gestão dos Diretores Estatutários, examinando, a qualquer tempo, as atas, livros e papéis da Companhia, solicitando informações sobre contratos celebrados, ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos;
- (vi) opinar sobre as demonstrações financeiras e propor a destinação do lucro líquido de cada exercício;
- (vii) notificar qualquer acionista detentor de ações não integralizadas, para determinar-lhe que realize o pagamento devido, nos termos do respectivo boletim de subscrição;
- (viii) vender ou adquirir ativos e formar joint ventures envolvendo ativos da Companhia, em valor econômico superior a R\$ 49.800.000,00 (quarenta e nove milhões e oitocentos mil Reais) por evento (ou série de eventos relacionados), sendo tal valor corrigido pelo IGP-M/FGV desde 1º de janeiro de 2020, até a data da deliberação;
- (ix) aprovar, instruir e/ou autorizar a celebração de contratos (incluindo contrato de prestação de serviços, contratos financeiros, contratos de distribuição e outros) envolvendo valores superiores a R\$ 49.800.000,00 (quarenta e nove milhões e oitocentos mil Reais) por evento (ou série de eventos relacionados), sendo tal valor corrigido pelo IGP-M/FGV desde 1º de janeiro de 2020, até a data da deliberação;
- (x) aprovar, instruir e/ou autorizar a contratação de qualquer endividamento ou outorgar quaisquer garantias em valor superior a R\$ 49.800.000,00 (quarenta e nove milhões e oitocentos mil Reais) por evento (ou série de eventos relacionados), sendo tal valor corrigido pelo IGP-M/FGV desde 1º de janeiro de 2020, até a data da deliberação e observada a vedação de prestação de garantias a terceiros que não sejam relacionadas ao desenvolvimento das atividades da Companhia de acordo com seu objeto social;
- (xi) aprovar, instruir e/ou autorizar a celebração de qualquer contrato com uma parte relacionada de qualquer acionista, incluindo o pagamento de qualquer honorário ou remuneração pela Companhia a qualquer referida parte relacionada;
- (xii) aprovar, instruir e/ou autorizar a aquisição de participação societária ou substancialmente todos os ativos de qualquer empresa;
- (xiii) aprovar, instruir e/ou autorizar a criação de qualquer conta de reserva ou qualquer provisão contábil, com exceção das exigidas por lei, pelos Princípios Contábeis Geralmente Aceitos no Brasil ou conforme exigido ou recomendado pelos auditores da Companhia ou por contadores externos;
- (xiv) nomear e destituir o auditor independente da Companhia e/ou de sociedades controladas pela Companhia;
- (xv) autorizar a aquisições de ações de emissão da Companhia para permanência em tesouraria ou cancelamento, ou posterior alienação, exceto nos casos expressamente previstos na regulamentação vigente; e
- (xvi) aprovar os princípios e padrões de negócios que deverão ser observados pela Diretoria e qualquer alteração ou modificação relevante de tais princípios e padrões;
- (xvii) aprovar os critérios de desempenho para o Diretor Presidente;
- (xviii) definir os procedimentos a serem praticados pela Companhia relativamente a acionistas remissos, observados os limites legais;

- (xix) eleger os membros dos comitês de assessoramento do Conselho de Administração;
- (xx) aprovar o ajuizamento de processos administrativos, judiciais ou arbitrais pela Companhia que possam razoavelmente ser considerados como criando um risco de pedido de auto-falência, falência, recuperação judicial ou recuperação extra-judicial;
- (xxi) aprovar a emissão de ações da Companhia, nos limites autorizados no artigo 6º deste Estatuto Social, fixando as condições de emissão, incluindo o preço e prazo de integralização, podendo, ainda, excluir (ou reduzir o prazo para) o direito de preferência nas emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou em oferta pública de aquisição de controle, nos termos da legislação vigente;
- (xxii) aprovar a emissão pública ou privada de debêntures não conversíveis, notas promissórias e outros títulos e valores mobiliários não conversíveis em ações;
- (xxiii) elaborar e divulgar parecer fundamentado a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações ("OPA") que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da OPA, no qual se manifestará, no mínimo, sobre: (i) a conveniência e oportunidade da OPA quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (ii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iii) as alternativas à aceitação da OPA disponíveis no mercado; e (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM;
- (xxiv) aprovar os termos e condições de quaisquer Contratos de Indenidade a serem celebrados pela Companhia; e
- (xxv) o cumprimento das demais atribuições que lhe são fixadas em lei e neste Estatuto Social.

Parágrafo 1º - Todas e quaisquer operações celebradas entre a Companhia e qualquer de suas partes relacionadas deverão ser aprovadas pela maioria dos membros do Conselho de Administração, incluindo obrigatoriamente a maioria dos Conselheiros Independentes.

Parágrafo 2º - Para fins do disposto no parágrafo 1º deste artigo 19, prevalecerá a competência da Assembleia Geral na ocasião de conflito entre as matérias a serem submetidas à deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração.

Parágrafo 3º - O exercício de voto em sociedades controladas para assuntos relacionados às matérias referidas nos itens (ii) a (xix) e (xxii) acima, deverá ser previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

SEÇÃO III - DIRETORIA

Artigo 20 - A Diretoria será composta por, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, ~~8-12~~ (oito-doze) membros, acionistas ou não, residentes no país, todos eleitos pelo Conselho de Administração e por ele destituíveis a qualquer tempo, sendo um Diretor Presidente, um Diretor de Relações com Investidores, um Diretor Vice-Presidente Financeiro, ~~um Diretor Vice-Presidente de Operações~~, um Diretor Vice-Presidente de Marketing, um Diretor Vice-Presidente de Engenharia e Expansão, um Diretor Vice-Presidente de Gente e Gestão, ~~e um Diretor Vice-Presidente de Tecnologia~~, um Diretor Vice-Presidente da Unidade de Negócio de Burger King, um Diretor Vice-Presidente da Unidade de Negócio de Popeyes, um Diretor Vice-

Presidente da Unidade de Negócio de Starbucks, um Diretor Vice-Presidente da Unidade de Negócio de Subway, e um Diretor Vice-Presidente de Supply Chain, eleitos para um mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição e a cumulação de cargos pelos Diretores.

Parágrafo 1º - Compete ao Diretor Presidente: (i) a direção geral dos negócios da Companhia, a convocação e presidência das reuniões da Diretoria e a coordenação dos trabalhos dos demais diretores e do processo de tomada de decisão; (ii) a representação ativa e passiva da Companhia em todas as suas relações com terceiros, em juízo ou fora dele, podendo nomear procuradores e prepostos para que prestem depoimentos em nome da Companhia perante as autoridades requisitantes, responsabilizando-se pelos resultados econômico-financeiros da Companhia e pela proteção de seu nome; (iii) a organização e supervisão das políticas e diretrizes de recursos humanos; (iv) a supervisão do cumprimento das políticas e normas estabelecidas pelo Conselho de Administração e das deliberações tomadas em Assembleia Geral; e (v) zelar pela observância da lei e deste Estatuto Social.

Parágrafo 2º - Compete ao Diretor Vice-Presidente de Relações com Investidores: (i) responsabilizar-se pela prestação de informações ao público investidor, à CVM e às bolsas de valores ou mercados de balcão, nacionais e internacionais, bem como às entidades de regulação e fiscalização correspondentes, mantendo atualizados os registros da Companhia nessas instituições; (ii) representar a Companhia perante a CVM, as Bolsas de Valores e demais entidades do mercado de capitais, bem como prestar informações relevantes aos investidores, ao mercado em geral, à CVM e à B3; e (iii) outras funções estabelecidas em lei e na regulamentação vigente.

Parágrafo 3º - Compete ao Diretor Vice-Presidente Financeiro: (i) coordenar a elaboração das demonstrações financeiras da Companhia; (ii) gerir as atividades da área financeira da Companhia, incluindo administrar, gerir e controlar as áreas de tesouraria, fiscal e tributária, controladoria, contabilidade, e de planejamento financeiro, segundo as orientações deste Estatuto Social, do Código de Conduta Ética da Companhia, das normas legais vigentes e das políticas e diretrizes consignadas pela Assembleia Geral; (iii) assinar propostas, convênios, acordos, contratos com bancos e afins, documentos em geral para abertura, movimentação e encerramento de contas bancárias da Companhia, bem como todo e qualquer documento à administração das finanças da Companhia, em conjunto com qualquer outro Diretor ou um Procurador com poderes específicos; (iv) administrar os recursos financeiros da Companhia, orientando a aplicação dos excedentes de caixa dentro das políticas e diretrizes existentes, e conduzindo os processos de contratação de empréstimo e de financiamento e os serviços correlatos necessários à expansão da Companhia, conforme Orçamento Anual; e (v) fazer a gestão da área Jurídica da Companhia que por sua vez é tecnicamente responsável por: (a) formular, coordenar e executar ações e procedimentos jurídicos corporativos da Companhia; (b) acompanhar as matérias relacionadas a regulamentação de companhia aberta; (c) coordenar, planejar e supervisionar a negociação, elaboração de contratos/ou negócios estratégicos e/ou de unidades de negócios da Companhia; e (d) acompanhar e representar a Companhia nas assembleias gerais e reuniões do Conselho de Administração da Companhia.

~~**Parágrafo 4º** - Compete ao Diretor Vice-Presidente de Operações: (i) dirigir as atividades de operações da Companhia visando ao controle de qualidade; (ii) propor políticas e protocolos, bem como sugerir a introdução de novas práticas e tecnologias; (iii) contribuir com a gestão das equipes; (iv) assegurar e executar o trabalho observando aspectos relativos à segurança no trabalho; (v) coordenar assuntos inerentes a sua área de atuação, apresentando e discutindo soluções para problemas e irregularidades; e (vi) executar outras tarefas correlatas.~~

Parágrafo 5º - Compete ao Diretor Vice-Presidente de Marketing: (i) planejar, definir e acompanhar todas as atividades de marketing; (ii) definir as estratégias de atuação e posicionamento da Companhia

relacionada aos seus produtos no que tange a análise de mercado, publicidade, propaganda e desenvolvimento de programas; (iii) estabelecer políticas de vendas e de marketing; e (iv) estabelecer padrão de imagem a fim de melhorar a visibilidade e posição competitiva da Companhia.

Parágrafo 6º - Compete ao Diretor Vice-Presidente de Engenharia e Expansão: (i) dirigir as pesquisas de mercado para expansão dos restaurantes da Companhia, coordenando as respectivas equipes de pesquisa e desenvolvimento; e (ii) orientar a pesquisa, seleção, desenvolvimento e contratação de pontos, restaurantes e outras oportunidades ou negócios para atuação da Companhia; (iii) dirigir as pesquisas de análise do mercado relacionada a expansão da marca e dos restaurantes voltados aos sub-franqueados; e (iv) zelar pela manutenção e conservação dos restaurantes da Companhia.

Parágrafo 7º - Compete ao Diretor Vice-Presidente de Gente e Gestão: (i) formular políticas de cargos, salários e benefícios; (ii) desenvolver estratégia de seleção, treinamento, desenvolvimento e retenção de pessoal; (iii) definir e coordenar a política de comunicação interna; (iv) definir e coordenar modelo de gestão de resultados; (v) conduzir atividades de integração de pessoas; (vi) participar na formulação e execução de estratégias da Companhia, com foco na área de Gente e Gestão; e (vii) gerir as áreas de Riscos e Compliance da Companhia.

Parágrafo 8º - Compete ao Diretor Vice-Presidente de Tecnologia: (i) gerir e administrar a implementação de novas tecnologias e inovações na Companhia; (ii) identificar novas soluções tecnológicas para o setor de atuação da Companhia que possam ser aproveitadas pela Companhia e suas subsidiárias; (iii) definir, planejar e dirigir estratégias envolvendo questões tecnológicas em benefício da Companhia; (iv) desenhar e desenvolver soluções tecnológicas em benefício dos clientes da Companhia; (v) definir, planejar e dirigir a estratégia de atuação da Companhia para pesquisa e desenvolvimento, arquitetura e infraestrutura de software e inovação; e (vi) aprimoramento das tecnologias utilizadas pela Companhia, alinhadas às tendências de mercado e complexidades associadas ao seu negócio.

Parágrafo 8º - Compete ao Diretor Vice-Presidente da Unidade de Negócio de Burger King, coordenar, planejar, supervisionar e dirigir as atividades relativas ao desenvolvimento, criação, produção e comercialização de produtos e serviços da operação Burger King, incluindo, mas não limitado a (i) controle de qualidade; (ii) políticas e protocolos, bem como sugerir a introdução de novas práticas e tecnologias; (iii) gestão das equipes; (iv) cumprimento de aspectos relativos à segurança no trabalho; (v) assuntos inerentes a sua área de atuação, apresentando e discutindo soluções para problemas e irregularidades; (vi) canais de venda da operação (franquias e lojas próprias); (vii) relacionamento com franqueados; (viii) criação e desenvolvimento de produtos; (ix) planejamento estratégico de vendas da operação; e (x) monitoramento do crescimento das vendas e dos resultados.

Parágrafo 9º - Compete ao Diretor Vice-Presidente da Unidade de Negócio de Popeyes, coordenar, planejar, supervisionar e dirigir as atividades relativas ao desenvolvimento, criação, produção e comercialização de produtos e serviços da operação Popeyes, incluindo, mas não limitado a (i) controle de qualidade; (ii) políticas e protocolos, bem como sugerir a introdução de novas práticas e tecnologias; (iii) gestão das equipes; (iv) cumprimento de aspectos relativos à segurança no trabalho; (v) assuntos inerentes a sua área de atuação, apresentando e discutindo soluções para problemas e irregularidades; (vi) canais de venda da operação (franquias e lojas próprias); (vii) relacionamento com franqueados; (viii) criação e desenvolvimento de produtos; (ix) planejamento estratégico de vendas da operação; e (x) monitoramento do crescimento das vendas e dos resultados.

Parágrafo 10 - Compete ao Diretor Vice-Presidente da Unidade de Negócio de Starbucks, coordenar, planejar, supervisionar e dirigir as atividades relativas ao desenvolvimento, criação, produção e comercialização de produtos e serviços da operação Starbucks, incluindo, mas não limitado a (i) controle de qualidade; (ii) políticas e protocolos, bem como sugerir a introdução de novas práticas e tecnologias;

(iii) gestão das equipes; (iv) cumprimento de aspectos relativos à segurança no trabalho; (v) assuntos inerentes a sua área de atuação, apresentando e discutindo soluções para problemas e irregularidades; (vi) canais de venda da operação; (vii) relacionamento com franqueados; (viii) criação e desenvolvimento de produtos; (ix) planejamento estratégico de vendas da operação; e (x) monitoramento do crescimento das vendas e dos resultados.

Parágrafo 11 - Compete ao Diretor Vice-Presidente da Unidade de Negócio de Subway, coordenar, planejar, supervisionar e dirigir as atividades relativas ao desenvolvimento, criação, produção e comercialização de produtos e serviços da operação Subway, incluindo, mas não limitado a (i) controle de qualidade; (ii) políticas e protocolos, bem como sugerir a introdução de novas práticas e tecnologias; (iii) gestão das equipes; (iv) cumprimento de aspectos relativos à segurança no trabalho; (v) assuntos inerentes a sua área de atuação, apresentando e discutindo soluções para problemas e irregularidades; (vi) canais de venda da operação (franquias e lojas próprias); (vii) relacionamento com franqueados; (viii) criação e desenvolvimento de produtos; (ix) planejamento estratégico de vendas da operação; e (x) monitoramento do crescimento das vendas e dos resultados.

Parágrafo 12 - Compete ao Diretor Vice-Presidente de Supply Chain: (i) definir políticas e promover a gestão corporativa dos processos produtivos, zelando pelo seu aperfeiçoamento contínuo; (ii) coordenar o processo corporativo de logística e distribuição, envolvendo a gestão do estoque, dos operadores logísticos e da estrutura de transporte, de forma a alcançar máxima eficiência, menor custo e qualidade na distribuição; (iii) comandar as atividades de gerenciamento dos sistemas da qualidade, segurança alimentar e meio ambiente, de forma a assegurar o cumprimento da legislação vigente e intensificar as certificações por organismos especializados; (iv) desenvolver projetos de engenharia da produção; e (v) manter relacionamento com os principais fornecedores da Companhia, monitorando o desempenho dos fornecedores e garantido o cumprimento dos contratos.

Parágrafo ~~9º~~13 - Os Diretores ficam dispensados de prestar caução, como permitido por lei.

Parágrafo ~~10º~~14 - O cargo de Diretor de Relações com Investidores pode ser cumulado por outro Diretor da Companhia.

Parágrafo ~~11º~~15 - Os Diretores permanecerão em seus cargos até a posse e a investidura dos seus respectivos substitutos. As competências das diretorias que não tiverem sido preenchidas, ou cujo titular esteja impedido ou ausente, serão exercidas pelo Diretor Presidente, até a designação do respectivo diretor, aplicando-se o disposto no artigo 14, parágrafo 3º, acima em caso de vacância.

Parágrafo ~~12º~~16 - Os Diretores deverão ser pessoas com reputação ilibada, comprovada experiência prática na sua área de atuação e ausência de conflito de interesse, cujos mandatos devem ter caráter de exclusividade.

Artigo 21 - Compete à Diretoria, em geral, observadas as disposições deste Estatuto Social, especialmente as competências específicas constantes do artigo 20 deste Estatuto Social:

- (i) o exercício das atribuições que a lei e este Estatuto Social lhe conferem para assegurar o pleno e regular funcionamento da Companhia e das suas controladas, coligadas e divisões de negócios;
- (ii) apresentar, anualmente, até o encerramento de cada exercício social, à apreciação do Conselho de Administração, proposta de orientação geral dos negócios da Companhia, de suas controladas e das divisões de seus negócios, relativa ao exercício seguinte. (iii) apresentar, anualmente, nos 3 (três) meses seguintes ao encerramento do exercício social, à apreciação do Conselho de Administração e dos acionistas, o seu relatório e demais documentos pertinentes às

contas do exercício social, bem como proposta para destinação do lucro líquido, observadas as imposições legais e o que dispõe o Capítulo V deste Estatuto Social;

(iv) a eleição e destituição dos administradores das sociedades controladas e coligadas de acordo com as indicações feitas pelo Conselho de Administração;

(v) conceder todas e quaisquer garantias, inclusive garantias reais e fidejussórias, em favor de terceiros;

(vi) abrir e encerrar filiais, depósitos, escritórios ou representações em qualquer localidade do país e do exterior, conforme evolução do plano de negócios e metas atingidas indicarem ser necessário;

(vii) abrir, movimentar e encerrar contas bancárias e de investimento;

(viii) transigir, renunciar, desistir, fazer acordos, firmar compromissos, contrair obrigações, fazer aplicações de recursos, adquirir, onerar e alienar ativos e conceder garantias, assinando os respectivos termos e contratos;

(ix) executar a política de gestão de riscos da Companhia e, sempre que necessário, propor ao Conselho de Administração, eventuais necessidades de revisão dessa política, em função de alterações nos riscos a que a Companhia está exposta;

(x) implementar e manter mecanismos, processos e programas eficazes de monitoramento e divulgação do desempenho financeiro e operacional e dos impactos das atividades da Companhia, na sociedade e no meio ambiente;

(xi) representar a Companhia, em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, perante quaisquer terceiros, incluindo repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais; e

(xii) cumprir as demais atribuições que lhe sejam estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia, pela lei e por este Estatuto Social.

Artigo 22 - Em caso de vacância do cargo, ausência ou impedimento temporário ou definitivo de qualquer Diretor, tal Diretor deverá ser imediatamente substituído, em definitivo ou temporariamente, por pessoa indicada pelo Conselho de Administração.

Artigo 23 - Exceto pelo disposto no parágrafo 3º abaixo, a representação da Companhia será sempre feita (i) por quaisquer 2 (dois) Diretores, sempre agindo em conjunto, ou (ii) por 1 (um) Diretor agindo em conjunto com 1 (um) procurador, ou (iii) por 2 (dois) procuradores agindo em conjunto, dentro dos limites expressos nos respectivos mandatos, observado o disposto nos parágrafos 1º e 2º deste artigo.

Parágrafo 1º - Exceto pelo disposto no parágrafo 3º abaixo, as procurações outorgadas pela Companhia serão sempre assinadas por quaisquer 2 (dois) Diretores, agindo em conjunto, e conterão os poderes específicos e prazo de vigência não superior a 1 (um) ano, ressalvada a outorga de poderes da cláusula ad judicium et extra, que poderá ter prazo de vigência superior ao referido.

Parágrafo 2º - Exceto pelo exposto no parágrafo 3º abaixo, a representação prevista neste artigo inclui, sem limitação, a representação da Companhia (i) perante terceiros ou perante qualquer autoridade pública (federal, estadual ou municipal), entidades governamentais ou paraestatais, (ii) em títulos de qualquer natureza, duplicatas, contratos de câmbio, cheques, ordens de pagamento, movimentação de conta corrente da Companhia, contratos e qualquer outro documento, de qualquer natureza, (iii) em juízo, na qualidade de autora ou ré, e (iv) para o exercício de seu direito de voto em suas controladas.

Parágrafo 3º - Excepcionalmente ao disposto no caput, parágrafo 1º e parágrafo 2º deste artigo, (i) a representação da Companhia perante qualquer autoridade pública (federal, estadual ou municipal), entidades governamentais ou paraestatais, será sempre feita (a) pelo Diretor Presidente em conjunto com o Diretor Financeiro, ou (b) pelo Diretor Presidente ou pelo Diretor Financeiro, agindo em conjunto com 1 (um) procurador, (c) por 2 (dois) procuradores agindo em conjunto, dentro dos limites expressos nos respectivos mandatos; (ii) as procurações outorgadas pela Companhia para fins de representação da Companhia perante qualquer autoridade pública (federal, estadual ou municipal), entidades governamentais ou paraestatais serão sempre assinadas pelo Diretor Presidente em conjunto com o Diretor Financeiro, e conterão os poderes específicos e prazo de vigência não superior a 1 (um) ano, ressalvada a outorga de poderes da cláusula ad judicium et extra, que poderá ter o prazo de vigência superior ao referido.

Artigo 24 - Qualquer ato estranho ao objeto social e aos negócios da Companhia praticado por acionistas, Conselheiros, Diretores, procuradores ou empregados da Companhia, como, por exemplo, avais, fianças, endossos e outras garantias dadas em benefício de terceiros, são expressamente proibidas e deverão ser ineficazes perante a Companhia e terceiros, exceto se prévia e expressamente autorizado neste Estatuto Social, pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração.

SEÇÃO IV - DO CONSELHO FISCAL

Artigo 25 - A Companhia terá um Conselho Fiscal composto por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes, acionistas da Companhia ou não, o qual não funcionará em caráter permanente e somente será instalado por deliberação da Assembleia Geral, ou a pedido dos acionistas, nas hipóteses previstas em lei.

Parágrafo 1º - Os membros do Conselho Fiscal, pessoas naturais, residentes no país, legalmente qualificadas, serão eleitos pela Assembleia Geral que deliberar a instalação do órgão, e exercerão seu mandato até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a eleição.

Parágrafo 2º - Os membros do Conselho Fiscal farão jus à remuneração que lhes for fixada em Assembleia Geral.

Parágrafo 3º - A posse dos membros do Conselho Fiscal estará condicionada à prévia assinatura do termo de posse, que deve contemplar sujeição à cláusula compromissória referida no artigo 33, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

Parágrafo 4º - Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar.

Parágrafo 5º - Não poderá ser eleito para o cargo de membro do Conselho Fiscal da Companhia aquele que mantiver vínculo com sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia ("**Concorrente**"), estando vedada, entre outros, a eleição da pessoa que: (i) for empregada, sócia, acionista ou membro de órgão da administração, técnico, consultivo ou fiscal de Concorrente ou de Controlador, Controlada ou sociedade sob Controle comum com Concorrente; (ii) for cônjuge ou parente até segundo grau de sócio, acionista ou membro de órgão da administração, técnico, consultivo ou fiscal de Concorrente ou de Controlador, Controlada ou sociedade sob Controle comum com Concorrente; e (iii) for fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços e/ ou produtos da Companhia, em magnitude que implique perda de independência.

Artigo 26 - O Conselho Fiscal, quando instalado, terá as atribuições previstas em lei, sendo indelegáveis as funções de seus membros. O regimento interno do Conselho Fiscal deverá ser elaborado, discutido e votado por seus membros na primeira reunião convocada após a sua instalação.

CAPÍTULO V

EXERCÍCIO SOCIAL E LUCROS

Artigo 27 - O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras deverão ser preparados de acordo com os prazos e demais condições previstas na legislação aplicável.

Parágrafo Único – As demonstrações financeiras da Companhia deverão ser auditadas, na forma da legislação aplicável, por auditor independente, devidamente registrado na CVM.

Artigo 28 - Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem. O lucro líquido deverá ser alocado na seguinte forma:

- (i) 5% (cinco por cento) serão destinados para a reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social; e
- (ii) 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, serão destinados para o pagamento do dividendo obrigatório devido aos acionistas, observadas as demais disposições deste Estatuto Social e a legislação aplicável.

Artigo 29 -A Companhia poderá:

- (i) levantar balanços semestrais e com base nestes declarar dividendos intermediários, à conta do lucro apurado, dos lucros acumulados e da reserva de lucros;
- (ii) levantar balanços relativos a períodos inferiores a um semestre e distribuir dividendos intercalares, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o artigo 182, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações; e
- (iii) creditar ou pagar aos acionistas, na periodicidade que decidir, juros sobre o capital próprio, os quais serão imputados ao valor do dividendo obrigatório, passando a integrá-los para todos os efeitos legais.

Parágrafo Único - Revertem em favor da Companhia os dividendos e juros sobre capital próprio que não forem reclamados dentro do prazo de 3 (três) anos contados da data em que foram colocados à disposição dos acionistas.

CAPÍTULO VI

ALIENAÇÃO DE CONTROLE

Artigo 30 - A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, quanto por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar OPA tendo por objeto as ações de emissão da Companhia,

independentemente da espécie ou classe, de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

CAPÍTULO VII

DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO

Artigo 31 - O falecimento, falência, insolvência, declaração de incapacidade ou retirada de qualquer dos acionistas não dissolverá a Companhia, que continuará com os demais acionistas.

Artigo 32 - A Companhia dissolver-se-á nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral, quando for o caso, determinar o modo de liquidação e nomear o Conselho Fiscal e o liquidante que deverão atuar no período da liquidação, fixando-lhes a remuneração.

CAPÍTULO VIII

RESOLUÇÃO DE DISPUTAS

Artigo 33 - A Companhia e seus acionistas, administradores, e membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com à ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do conselho fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral.

CAPÍTULO IX

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 34 - Este Estatuto Social rege-se pela Lei das Sociedades por Ações. Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das Sociedades por Ações.

Artigo 35 - A Companhia observará, no que aplicável, as regras de divulgação de informações previstas na regulamentação da CVM e nas normas da B3, aplicáveis a companhias listadas no segmento básico de negociação.

ANEXO II

Relatório de Alterações Propostas no Estatuto Social

Relatório de alterações do Estatuto Social da Companhia detalhando a origem e justificativa das alterações propostas e analisando seus efeitos jurídicos e econômicos, em forma de tabela, nos termos do artigo 12, inciso II, da Resolução CVM 81

Redação Vigente	Redação Proposta (marcada)	Origem, Justificativa e Efeitos Jurídicos e Econômicos das alterações propostas
<p>Artigo 2º - A Companhia tem sede na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Tocantins, nº 350, 10º andar, Alphaville Industrial, CEP 06455-020, e poderá, por decisão da Diretoria, abrir, transferir e extinguir filiais, escritórios administrativos ou quaisquer representações em qualquer localidade do país ou no exterior.</p>	<p>Artigo 2º - A Companhia tem sede na cidade de Barueri <u>São Paulo</u>, Estado de São Paulo, na Alameda Tocantins, nº 350, 10º andar, Alphaville Industrial, CEP 06455-020 <u>Rua Lemos Monteiro, nº 120, Edifício Pinheiros One, 12º (parte), 13º e 14º andares, Butantã, CEP 05501-050</u>, e poderá, por decisão da Diretoria, abrir, transferir e extinguir filiais, escritórios administrativos ou quaisquer representações em qualquer localidade do país ou no exterior.</p>	<p>A alteração proposta visa refletir no Estatuto Social da Companhia a nova cidade de localização de sua sede social. Além das atualizações cadastrais nos órgãos e entidades aplicáveis, a Administração informa que não há quaisquer efeitos jurídicos e econômicos decorrentes da atualização da sede social da Companhia e da consolidação do Estatuto Social com essa alteração.</p>
<p>Artigo 5º - O capital social da Companhia é de R\$ 1.461.068.417,41 (um bilhão quatrocentos e sessenta e um milhões e sessenta e oito mil quatrocentos e dezessete reais e quarenta e um centavos), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 275.355.447 (duzentos e setenta e cinco milhões trezentas e cinquenta e cinco mil quatrocentas e quarenta e sete) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.</p>	<p>Artigo 5º - O capital social da Companhia é de R\$ 1.461.068.417,41 (um bilhão, quatrocentos e sessenta e um milhões, sessenta e oito mil, quatrocentos e dezessete reais e quarenta e um centavos) <u>R\$ 1.911.068.419,57 (um bilhão noventa e nove milhões e sessenta e oito mil quatrocentos e noventa e nove reais e cinquenta e sete centavos)</u>, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 275.355.447 (duzentos e setenta e cinco milhões trezentas e cinquenta e cinco mil quatrocentas e quarenta e sete) <u>406.934.395 (quatrocentos e seis milhões novecentos e trinta e quatro mil e trezentos e noventa e cinco)</u> ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.</p>	<p>A alteração proposta visa atualizar o capital social totalmente subscrito e integralizado da Companhia, conforme Aumento de Capital aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 26 de julho de 2024 e homologação do Aumento de Capital proposta para a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia a ser realizada em 25 de outubro de 2024.</p> <p>A Administração informa que não há quaisquer efeitos jurídicos e econômicos decorrentes da atualização do artigo 5º, <i>caput</i> do Estatuto Social e da consolidação do Estatuto Social com essa alteração.</p>
<p>Artigo 6º - Mediante deliberação do Conselho de Administração da Companhia, o capital social poderá ser aumentado, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 282.690.560 (duzentos e oitenta e duas milhões seiscentas e noventa mil quinhentas e sessenta) ações, independentemente</p>	<p>Artigo 6º - Mediante deliberação do Conselho de Administração da Companhia, o capital social poderá ser aumentado, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 282.690.560 (duzentos e oitenta e duas milhões seiscentas e noventa mil quinhentas e sessenta) <u>427.281.115 (quatrocentos</u></p>	<p>A alteração proposta visa manter exequível a possibilidade de futuros aumentos do capital social da Companhia por meio de deliberação do Conselho de Administração, inclusive devido ao</p>

da espécie ou classe, desde que já prevista no estatuto, incluindo para fins de emissão de ações a serem emitidas em decorrência do eventual exercício dos direitos de subscrição contidos em bônus de subscrição emitidos pela Companhia.

e vinte e sete milhões duzentas e oitenta e um mil e cento e quinze) ações, independentemente da espécie ou classe, desde que já prevista no estatuto, incluindo para fins de emissão de ações a serem emitidas em decorrência do eventual exercício dos direitos de subscrição contidos em bônus de subscrição emitidos pela Companhia.

novo número de ações em que se divide o capital social totalmente subscrito e integralizado da Companhia após o Aumento de Capital.

A Administração informa que não há quaisquer efeitos jurídicos e econômicos decorrentes da alteração do artigo 6º, *caput* do Estatuto Social e da consolidação do Estatuto Social com essa alteração.

Artigo 20 - A Diretoria será composta por, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 8 (oito) membros, acionistas ou não, residentes no país, todos eleitos pelo Conselho de Administração e por ele destituíveis a qualquer tempo, sendo um Diretor Presidente, um Diretor de Relações com Investidores, um Diretor Vice-Presidente Financeiro, um Diretor Vice-Presidente de Operações, um Diretor Vice-Presidente de Marketing, um Diretor Vice-Presidente de Engenharia e Expansão, um Diretor Vice-Presidente de Gente e Gestão, e um Diretor Vice-Presidente de Tecnologia, eleitos para um mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição e a cumulação de cargos pelos Diretores.

Artigo 20 - A Diretoria será composta por, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 8-12 (oito-doze) membros, acionistas ou não, residentes no país, todos eleitos pelo Conselho de Administração e por ele destituíveis a qualquer tempo, sendo um Diretor Presidente, um Diretor de Relações com Investidores, um Diretor Vice-Presidente Financeiro, ~~um Diretor Vice-Presidente de Operações~~, um Diretor Vice-Presidente de Marketing, um Diretor Vice-Presidente de Engenharia e Expansão, um Diretor Vice-Presidente de Gente e Gestão, ~~e um Diretor Vice-Presidente de Tecnologia~~, um Diretor Vice-Presidente da Unidade de Negócio de Burger King, um Diretor Vice-Presidente da Unidade de Negócio de Popeyes, um Diretor Vice-Presidente da Unidade de Negócio de Starbucks, um Diretor Vice-Presidente da Unidade de Negócio de Subway, e um Diretor Vice-Presidente de Supply Chain, eleitos para um mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição e a cumulação de cargos pelos Diretores.

A alteração proposta é necessária devido à proposta de alteração da estrutura da governança da Companhia, com a inclusão dos cargos de Diretor Vice-Presidente da Unidade de Negócio de Burger King, Diretor Vice-Presidente da Unidade de Negócio de Popeyes, Diretor Vice-Presidente da Unidade de Negócio de Starbucks, Diretor Vice-Presidente da Unidade de Negócio de Subway e Diretor Vice-Presidente de Supply Chain, e a exclusão do cargo de Diretor Vice-Presidente de Operações.

Com a reformulação da estrutura de governança da Companhia decorrente do aumento do número de diretores estatutários, espera-se: (i) uma maior sinergia das funções dos Diretores e maior eficiência do órgão como um todo; (ii) maior enfoque nas Unidades de Negócio de Burger King, Popeyes, Starbucks e Subway, administradas pela Companhia; e (iii) um acréscimo na remuneração global dos administradores.

Artigo 20 - (...)

~~**Parágrafo 4º**— Compete ao Diretor Vice-Presidente de Operações: (i) dirigir as atividades de operações da Companhia visando ao controle de qualidade; (ii) propor políticas e protocolos, bem como sugerir a introdução de novas práticas e tecnologias; (iii) contribuir com a gestão das equipes; (iv) assegurar e executar o trabalho observando aspectos relativos à segurança no trabalho; (v) coordenar assuntos inerentes a sua área~~

Artigo 20 - (...)

~~**Parágrafo 4º**— Compete ao Diretor Vice-Presidente de Operações: (i) dirigir as atividades de operações da Companhia visando ao controle de qualidade; (ii) propor políticas e protocolos, bem como sugerir a introdução de novas práticas e tecnologias; (iii) contribuir com a gestão das equipes; (iv) assegurar e executar o trabalho observando aspectos relativos à segurança no trabalho; (v) coordenar assuntos inerentes a sua área~~

A alteração proposta se dá em razão da divisão de funções do cargo Diretor Vice-Presidente de Operações para cada operação administrada pela ZAMP, segmentada entre os novos cargos de Diretor Vice-Presidente da Unidade de Negócio de Burger King, Diretor Vice-Presidente da Unidade de Negócio de Popeyes, Diretor Vice-Presidente da Unidade de Negócio de Starbucks, Diretor Vice-Presidente da Unidade de Negócio de Subway e Diretor Vice-Presidente de Supply Chain.

A Administração informa que não há quaisquer efeitos jurídicos e econômicos decorrentes da exclusão do cargo de Diretor Vice-

~~de atuação, apresentando e discutindo soluções para problemas e irregularidades; e (vi) executar outras tarefas correlatas.~~

~~de atuação, apresentando e discutindo soluções para problemas e irregularidades; e (vi) executar outras tarefas correlatas.~~

Presidente de Operações além dos citados na proposta de criação dos novos cargos da Diretoria Estatutária.

Artigo 20 - (...)

Parágrafo 8º - Compete ao Diretor Vice-Presidente da Unidade de Negócio de Burger King, coordenar, planejar, supervisionar e dirigir as atividades relativas ao desenvolvimento, criação, produção e comercialização de produtos e serviços da operação Burger King, incluindo, mas não limitado a (i) controle de qualidade; (ii) políticas e protocolos, bem como sugerir a introdução de novas práticas e tecnologias; (iii) gestão das equipes; (iv) cumprimento de aspectos relativos à segurança no trabalho; (v) assuntos inerentes a sua área de atuação, apresentando e discutindo soluções para problemas e irregularidades; (vi) canais de venda da operação (franquias e lojas próprias); (vii) relacionamento com franqueados; (viii) criação e desenvolvimento de produtos; (ix) planejamento estratégico de vendas da operação; e (x) monitoramento do crescimento das vendas e dos resultados.

A alteração proposta é necessária devido à proposta de alteração da estrutura da governança da Companhia, com a inclusão do cargo de Diretor Vice-Presidente da Unidade de Negócio de Burger King.

Com a reformulação da estrutura de governança da Companhia, espera-se: (i) uma maior sinergia das funções dos Diretores e maior eficiência do órgão como um todo; (ii) maior enfoque na Unidade de Negócio de Burger King, administrada pela Companhia; e (iii) um acréscimo na remuneração global dos administradores.

Artigo 20 - (...)

Parágrafo 9º - Compete ao Diretor Vice-Presidente da Unidade de Negócio de Popeyes, coordenar, planejar, supervisionar e dirigir as atividades relativas ao desenvolvimento, criação, produção e comercialização de produtos e serviços da operação Popeyes, incluindo, mas não limitado a (i) controle de qualidade; (ii) políticas e protocolos, bem como sugerir a introdução de novas práticas e tecnologias; (iii) gestão das equipes; (iv) cumprimento de aspectos relativos à segurança no trabalho; (v) assuntos inerentes a sua área de atuação, apresentando e discutindo soluções para problemas e irregularidades; (vi) canais de venda da operação (franquias e lojas próprias); (vii) relacionamento com franqueados; (viii) criação e desenvolvimento de produtos; (ix) planejamento estratégico de vendas da operação; e (x) monitoramento do crescimento das vendas e dos resultados.

A alteração proposta é necessária devido à proposta de alteração da estrutura da governança da Companhia, com a inclusão do cargo de Diretor Vice-Presidente da Unidade de Negócio de Popeyes.

Com a reformulação da estrutura de governança da Companhia, espera-se: (i) uma maior sinergia das funções dos Diretores e maior eficiência do órgão como um todo; (ii) maior enfoque na Unidade de Negócio de Popeyes, administrada pela Companhia; e (iii) um acréscimo na remuneração global dos administradores.

Sem correspondência

Sem correspondência	<p>Artigo 20 - (...)</p> <p><u>Parágrafo 10 - Compete ao Diretor Vice-Presidente da Unidade de Negócio de Starbucks, coordenar, planejar, supervisionar e dirigir as atividades relativas ao desenvolvimento, criação, produção e comercialização de produtos e serviços da operação Starbucks, incluindo, mas não limitado a (i) controle de qualidade; (ii) políticas e protocolos, bem como sugerir a introdução de novas práticas e tecnologias; (iii) gestão das equipes; (iv) cumprimento de aspectos relativos à segurança no trabalho; (v) assuntos inerentes a sua área de atuação, apresentando e discutindo soluções para problemas e irregularidades; (vi) canais de venda da operação; (vii) relacionamento com franqueados; (viii) criação e desenvolvimento de produtos; (ix) planejamento estratégico de vendas da operação; e (x) monitoramento do crescimento das vendas e dos resultados.</u></p>	<p>A alteração proposta é necessária devido à proposta de alteração da estrutura da governança da Companhia, com a inclusão do cargo de Diretor Vice-Presidente da Unidade de Negócio de Starbucks.</p> <p>Com a reformulação da estrutura de governança da Companhia, espera-se: (i) uma maior sinergia das funções dos Diretores e maior eficiência do órgão como um todo; (ii) maior enfoque na Unidade de Negócio de Starbucks, administrada pela Companhia; (iii) e um acréscimo na remuneração global dos administradores.</p>
Sem correspondência	<p>Artigo 20 - (...)</p> <p><u>Parágrafo 11 - Compete ao Diretor Vice-Presidente da Unidade de Negócio de Subway, coordenar, planejar, supervisionar e dirigir as atividades relativas ao desenvolvimento, criação, produção e comercialização de produtos e serviços da operação Subway, incluindo, mas não limitado a (i) controle de qualidade; (ii) políticas e protocolos, bem como sugerir a introdução de novas práticas e tecnologias; (iii) gestão das equipes; (iv) cumprimento de aspectos relativos à segurança no trabalho; (v) assuntos inerentes a sua área de atuação, apresentando e discutindo soluções para problemas e irregularidades; (vi) canais de venda da operação (franquias e lojas próprias); (vii) relacionamento com franqueados; (viii) criação e desenvolvimento de produtos; (ix) planejamento estratégico de vendas da operação; e (x) monitoramento do crescimento das vendas e dos resultados.</u></p>	<p>A alteração proposta é necessária devido à proposta de alteração da estrutura da governança da Companhia, com a inclusão do cargo de Diretor Vice-Presidente da Unidade de Negócio de Subway.</p> <p>Com a reformulação da estrutura de governança da Companhia, espera-se: (i) uma maior sinergia das funções dos Diretores e maior eficiência do órgão como um todo; (ii) maior enfoque na Unidade de Negócio de Subway, administrada pela Companhia; e (iii) um acréscimo na remuneração global dos administradores.</p>
Sem correspondência	<p>Artigo 20 - (...)</p> <p><u>Parágrafo 12 - Compete ao Diretor Vice-Presidente de Supply Chain: (i) definir políticas e promover a gestão corporativa dos processos produtivos, zelando pelo seu aperfeiçoamento contínuo.</u></p>	<p>A alteração proposta é necessária devido à proposta de alteração da estrutura da governança da Companhia, com a inclusão do cargo de Diretor Vice-Presidente de Supply Chain.</p> <p>Com a reformulação da estrutura de governança da Companhia, espera-se: (i) uma maior sinergia das funções dos Diretores e</p>

nuo; (ii) coordenar o processo corporativo de logística e distribuição, envolvendo a gestão do estoque, dos operadores logísticos e da estrutura de transporte, de forma a alcançar máxima eficiência, menor custo e qualidade na distribuição; (iii) comandar as atividades de gerenciamento dos sistemas da qualidade, segurança alimentar e meio ambiente, de forma a assegurar o cumprimento da legislação vigente e intensificar as certificações por organismos especializados; (iv) desenvolver projetos de engenharia da produção; e (v) manter relacionamento com os principais fornecedores da Companhia, monitorando o desempenho dos fornecedores e garantido o cumprimento dos contratos.

maior eficiência do órgão como um todo; e (ii) um acréscimo na remuneração global dos administradores.

ANEXO III

Informações a respeito de Negociação de Ações de Própria Emissão (Anexo J da Resolução CVM 81)

1. Justificar pormenorizadamente o objetivo e os efeitos econômicos esperados da operação;

A Administração aponta que a concessão da Opção de Venda e a Recompra, têm como objetivo uma indenização razoável adicional importante, por tratar-se de perda recente do cargo de um dos principais executivos da Companhia, e o Conselho de Administração reconhece a enorme contribuição realizada em mais de uma década dedicada à Companhia e os valores rescisórios por ele recebidos no seu desligamento. A Administração avaliou que as condições propostas para a Opção de Venda e a Recompra são as mesmas condições da Put e da recompra aprovadas pelos acionistas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 26 de abril de 2024.

A Companhia informa que o valor total da Recompra será de R\$ 4.388.481,50.

2. Informar as quantidades de ações (i) em circulação e (ii) já mantidas em tesouraria;

Nos termos do artigo 1º, parágrafo único, inciso I da Resolução CVM 77, consideram-se ações em circulação, todas aquelas representativas do capital social da companhia, menos as detidas, direta ou indiretamente, pelo acionista controlador, por pessoas a ele vinculadas, e por administradores.

Atualmente, existem 93.830.591 ações de emissão da Companhia em circulação e 3.214.668 ações de emissão da Companhia mantidas em tesouraria.

3. Informar a quantidade de ações que poderão ser adquiridas ou alienadas;

Poderão ser adquiridas pela Companhia, a exclusivo critério dos acionistas e nos termos desta Recompra, até 675.151 ações de emissão da Companhia.

4. Descrever as principais características dos instrumentos derivativos que a companhia vier a utilizar, se houver;

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não utilizará instrumentos derivativos no âmbito da Recompra.

5. Descrever, se houver, eventuais acordos ou orientações de voto existentes entre a companhia e a contraparte das operações;

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui quaisquer acordos ou orientações de voto com as contrapartes das operações.

6. Na hipótese de operações cursadas fora de mercados organizados de valores mobiliários, informar:

a. o preço máximo (mínimo) pelo qual as ações serão adquiridas (alienadas);

As ações serão adquiridas pelo preço de R\$ 6,50 por ação.

- b. se for o caso, as razões que justificam a realização da operação a preços mais de 10% (dez por cento) superiores, no caso de aquisição, ou mais de 10% (dez por cento) inferiores, no caso de alienação, à média da cotação, ponderada pelo volume, nos 10 (dez) pregões anteriores;**

A ações serão adquiridas pelo preço de R\$ 6,50 por ação, mais de 10% superior à média da cotação, ponderada pelo volume, nos 10 últimos pregões em que as ações foram negociadas.

- 7. Informar, se houver, os impactos que a negociação terá sobre a composição do controle acionário ou da estrutura administrativa da sociedade;**

Não aplicável.

- 8. Identificar as contrapartes, se conhecidas, e, em se tratando de parte relacionada à companhia, tal como definida pelas regras contábeis que tratam desse assunto, fornecer ainda as informações exigidas pelo art. 9º da Resolução CVM 81;**

A contraparte da Opção de Venda e da Recompra é um ex-administrador específico, desligado sem justa causa.

- 9. Indicar a destinação dos recursos auferidos, se for o caso;**

Não aplicável.

- 10. Indicar o prazo máximo para a liquidação das operações autorizadas;**

A Companhia poderá estender o Período de Exercício da Opção de Venda até o prazo previsto no artigo 7º da Resolução CVM 77.

- 11. Identificar instituições que atuarão como intermediárias, se houver;**

Não aplicável.

- 12. Especificar os recursos disponíveis a serem utilizados, na forma da regulamentação específica sobre negociações de títulos de própria emissão; e**

A aquisição de ações no âmbito da Opção de Venda e da Recompra ocorrerá mediante aplicação de recursos disponíveis da reserva de capital da Companhia.

13. Especificar as razões pelas quais os membros do conselho de administração se sentem confortáveis de que a recompra de ações não prejudicará o cumprimento das obrigações assumidas com credores nem o pagamento de dividendos obrigatórios, fixos ou mínimos.

Os membros do Conselho de Administração da Companhia sentem-se confortáveis com a Opção de Venda e com a Recompra, tendo em vista que os recursos utilizados para tanto são oriundos dos recursos disponíveis em sua reserva de capital, nos termos do artigo 8º, §1º, inciso I da Resolução CVM 77.

Por fim, a liquidação da recompra durante o período em que vai ocorrer é compatível com a situação financeira da Companhia, não afetando o cumprimento das obrigações assumidas com credores nem o pagamento do dividendo obrigatório.